



PARECER JURÍDICO

RECEBIDO

EM, 19/04/2024

fagan
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

Assunto: Resposta à solicitação do Setor de Licitação e Contratos sobre a Impugnação ao Edital de Licitação do Processo Licitatório 012/2024 - Pregão Eletrônico nº 006/2024.

1 - RELATÓRIO

Foi trazido a esta Procuradoria a solicitação da Pregoeira Sra. Janete Garcia ao que se diz respeito a **Impugnação ao Edital** acostada pela empresa W.F. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES DIVINENSE, comercialmente denominada **TRATTAR LIMPEZA URBANA E MEIO AMBIENTE** (CNPJ: 07.474.431/0001-39).

O Município de Cataguases/MG tornou-se público o Processo Licitatório sob nº 012/2024, Pregão Eletrônico nº 006/2024, Sistema de Registro de Preços nº 006/2024, Critério de Julgamento "Menor Preço por Item", tendo como objeto, **registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de equipamentos pesados (máquinas e caminhões), incluindo combustível e operador habilitado, em atendimento às demandas da Prefeitura de Cataguases-MG.**

Trata-se de parecer jurídico a respeito das alegações trazidas na Impugnação, apontando diversos erros ou inconsistências ora presentes.

A peça Impugnatória acostada menciona em seu corpo, algumas observações que aqui tomo por respeito sua prévia análise e em contraponto, reforço que documento Editalício, corroborado e regido pela seriedade, pela responsabilidade, pela segurança jurídica, pelo cumprimento dos Princípios basilares regidos pela Administração Pública e Constitucional.

É o breve Relatório. Prossigo.

2 - DOS TÓPICOS QUESTIONADOS NA IMPUGNAÇÃO

- a) **Tópico:** "5. Do Preenchimento da Proposta" Item 5.1.2 - p.06 - "5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:(...); 5.1.2. **Marca**";
- b) **Tópico:** "5. Do Preenchimento da Proposta" Item 5.8 - p.07 - "5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação";



- c) **Tópico:** "8. Da Fase de Habilitação - 8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica" - Item 8.9.5.1 - p.14 - *"Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante com no mínimo 50% da execução de cada item vencedor do licitante, sob pena de desclassificação".*
- d) **Tópico:** "Anexo I - Termo de Referência - Das Inconsistências na Precificação Unitária dos itens do objeto licitatório" - P.23;
- e) **Tópico:** "Das Exigências não previstas no Edital"
- e.1: *Da Obrigatoriedade da Aplicação da LGPD nº 13.709/2018;*
- e.2: *Da Obrigatoriedade da Aplicação do Pacote Anticorrupção nº 12.846/2013.*

Esta Procuradora coube a incumbência de verificar os itens "a", "b", "c" e "e", supracitados.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Ademais, há que se registrar que todos os itens constantes do processo licitatório em comento foram escolhidos e determinados após reuniões e pesquisas dos integrantes das Secretarias demandantes e responsáveis pela preparação para o Processo Licitatório, com o único objetivo de atender às necessidades do Município e seus munícipes, sem qualquer intuito de favorecer ou direcionar a escolha de possíveis concorrentes do certame.

Além disso, ressalta-se que as exigências, especificações, valores, no presente processo licitatório observam os regramentos legais e princípios constitucionais. Sendo assim, "*data venia*", não cabe ao particular, concorrente ou não do certame, impor formas, regras, itens diversos e denominar como ***exigências descabidas no Edital***, sob qualquer fundamento ou justificativa, salvo as discrepâncias jurídicas redigidas.

Importante ressaltar que para a realização de qualquer processo licitatório, o objeto do certame é estudado, comparado e aprovado pela comissão licitante, secretarias demandantes, prevendo inclusive as possibilidades de mudança, desde que seja legal, possível, adequada e atenda



às necessidades do Município, de modo que os itens licitados nunca são dispostos de forma aleatória ou sem qualquer fundamento, pois, obedecem os critérios legais, em observância aos princípios regidos pela Constituição e pela Administração Pública.

Ademais, necessário mencionar que há uma pertinência legal e lógica no Edital conforme preconiza a legislação aplicável, desde que possua naturezas compatíveis entre si, conforme o caso em tela.

Nossa Carta Magna de 1988, em seu art. 37, XXI, tornou o processo licitatório “*conditio sine qua non*” para os contratos, que tenham como parte a Administração Pública, relativos à obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação, como se pode observar, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (grifo nosso) [...]

XXI – Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação, técnica e economia indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

3.1 - DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS

Nos Tópicos “a” e “b” da Impugnação, os questionamentos são meramente especulativos, pois sabemos que a expressão “**Marca**” não é uma obrigatoriedade no critério para habilitação, desempate ou qualquer outra forma de classificação no certame e muito menos exigida no texto editalício. No Anexo I do Edital, itens 5.4 e 5.4.1, deixam claro quanto ao termo.

5.4 Da indicação de Marcas ou Modelos

5.4.1 Para esta contratação é desejável que para as máquinas citadas, a participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com os modelos de referência mencionados abaixo:

Pá carregadeira: Equivalente a => 621E

Minicarregadeira: Acima de => SR150

Rolo Compactador: Equivalente a => CA15

Trator de esteira: Equivalente a => D4E

Comumente, uma Proposta ao ser apresentada, a indicação da “**marca**” já é feita com o intuito de evitar quaisquer eventos futuros, sendo vista como um critério de segurança na contratação por parte da Administração Pública, transmitindo de forma ciente e clara por parte do



Contratado, afirmando que o seu produto é de qualidade e notório no mercado, evitando surpresas ou danos inesperados para o Município, como por exemplo, aponto o objeto deste Edital.

Suponhamos que seja locado uma máquina de marca não muito bem vista/aceita/falada no Mercado. A insegurança deste equipamento ficar parado ou em manutenção constante, gera um dano na execução das tarefas, afetando a continuidade do serviço a ser prestado, lembrando que a Eficiência e a economicidade são princípios aplicáveis à Administração Pública e que devem ser observados/priorizados no curso de todo Contrato.

No **Tópico “b”**, a validade das propostas **“não inferior a 60 dias”**, a empresa TRATTAR LIMPEZA URBANA E MEIO AMBIENTE afirma que o item 5.8 do Edital: **“o prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação”** está incompatível com o dispositivo do §3º, art. 90 da Lei 14.133/2021, que estabelece que, **“decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos”**.

Não significa que o licitante não vencedor ficará vinculado por prazo indeterminado com o Município, caso a Administração não o convoque na oportunidade surgida. Atento para reforçar que a proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, como citação mínima de prazo. O licitante que determinará se dará um prazo a mais em sua proposta, por exemplo, 90 dias, 100 dias e ao seu critério. **Passados o prazo trazido no Edital, que neste caso “não será inferior a 60 dias”, o licitante não vencedor, estará desvinculado ao findar este prazo apresentado.** (grifo nosso)

No **Tópico “c”**, Fase de Habilitação - 8.9.5 Nível V - da Qualificação Técnica - item 8.9.5.1-p.14, a empresa TRATTAR LIMPEZA URBANA E MEIO AMBIENTE, alega que **“o Edital exige a comprovação de experiência específica em cada item licitado, como no mínimo 50% da execução de cada item, o que configura exigência desproporcional e restritiva, violando os princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade”** (sic), contrariando o §2º, art.67 da Lei 14.133/2021.

O edital **não está exigindo superior a 50%**, apenas no MÍNIMO 50%, ou seja, completamente dentro dos padrões aceitáveis, sem contar que estamos lidando com uma licitação POR ITEM, onde uma empresa é capaz de vencer apenas em um item e a exigência do atestado com um mínimo de 50% (cinquenta por cento).

Por experiência das empresas que participantes, a de convir que tem seriedade, conhecimentos necessários para resolverem qualquer contratempo associado à locação e manejo de



suas máquinas, fato este que corrobora junto à segurança para a contratação por parte da Administração, na obtenção de resultados satisfatórios, evitando danos e gastos desnecessários aos cofres públicos .

***Art. 67.** A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...]*

***§ 2º.** Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

No Tópico “e”, sub tópicos e.1 e e.2, assim:

Atento para a afirmação no tópico IV.I.V - *Dos Requerimentos listados em “e” desta petição “Das exigências não previstas no edital”*, onde a parte recorrente menciona que não houve a aplicação das leis LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados / Lei 13.709/2018) e da Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846/2013, sendo fundamentais no processo de licitação no âmbito da Administração Pública.

No Preâmbulo do Edital, na parte final, ao mencionar **“e demais legislação aplicável”**, compreende-se que as Leis 13.709/2018 e 12.846/2013, LGPD e Anticorrupção, já estão mais que inseridas, mas, para o Município não delongar em questionamentos vãos, já estão citadas em seus Editais subsequentes, já constando em sua republicação deste.

A Lei Geral de Proteção de Dados trouxe um novo cenário na Administração Pública, naturalmente pautado como complexo e desafiador, por isso, não podemos deixar que interpretações equivocadas impeçam sua materialização pela criação de entraves formais que antes de representar a boa aplicação da LGPD, representam a volta a consolidação de um estamento burocrático, ou grupo de status assim descrito por Max Weber, conduzindo para uma ineficiência do Estado e a ineficácia da própria Lei.

Importante ressaltar que todo Processo Licitatório é pautado pela legalidade, transparência, moralidade, impessoalidade princípios essenciais e respeitados pela Administração Pública, pois qualquer de suas contratações preconizam a segurança jurídica e o bem para a sociedade, com responsabilidade ao erário público, o que é notoriamente acompanhado pelo Portal da Transparência, evitando assim, interpretações dúbias e infundadas. (grifo nosso)



Ao que tange a colocação da empresa TRATTAR LIMPEZA URBANA E MEIO AMBIENTE, menciono que o tratamento dos dados trazido no art.6º da LGPD, são respeitados e conduzidos na melhor aplicabilidade, sendo:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Os 10 incisos demonstrados no art.7º da Lei 13.709/2018 (LGPD), apresentam a forma de tratamentos dos dados pessoais, e, em se tratando de certames, é óbvio que assim como qualquer direcionamento por parte da administração em seus atos e ações públicas, os dados são respeitados



e enfatizados nos seguintes incisos do artigo supracitado, pois, a regra norteadora do Regime Jurídico Administrativo é a da publicidade, em razão disso, assevera que os agentes de tratamento devem adotar medidas aptas a proteger os dados pessoais fornecidos pelo titular, ressaltando, por fim que há a necessidade de manutenção dos dados fornecidos pelos licitantes não contratados e pelos contratados após o encerramento do contrato, visando o cumprimento de obrigação legal.

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

Qualquer participante que venha se habilitar em um Processo Licitatório tem seus dados protegidos e arquivados, assim como no Contratos, salvaguardados sobre as regras da proteção de dados e segurança jurídica, assim também, como cada participante tem a responsabilidade de acostar documentos válidos, vigentes e verossímil.

O também questionado artigo 62 da Lei 14.133/2021, sob os documentos para a Habilitação, está bem demonstrado no **Tópico 8 do Edital do Processo Licitatório em questão**, não vislumbrando dúvidas ou equívocos por parte deste. É de conhecimento que é um rol exaustivo o disposto no artigo 62 da NLLC, entretanto, se olharmos com atenção aos artigos posteriores, em especiais os 64 e 65, a Administração **"poderá"**, salvo em sede de diligência, solicitar novos documentos.

Outro tópico levantado pela empresa TRATTAR LIMPEZA URBANA E MEIO AMBIENTE, é a não citação direta do Pacote Anticorrupção - Lei 12.846/2013, pois, pelo que preconiza a os agentes públicos sabem da responsabilidade que é atuar na Administração Pública independente de sua esfera, assim como das consequências pelos atos praticados, sendo estes por servidores, agentes, gestores.

A transparência no Edital de licitação e sua publicidade são fatores que demonstram o tratamento Anticorrupção no processo licitatório, como porta aberta para acompanhamento e fiscalização dos licitantes, da sociedade e daqueles que demonstrem interesse em saber, pois,



detectando qualquer irregularidade, denúncias públicas e na esfera externa à Administrativa, são cheçadas e conduzidas pelo Tribunais de Contas e do Judiciário na esfera comum, concomitante.

No ato da juntada de documentos por parte de uma empresa licitante, seu cadastro e demais anexos são conferidos e estando apta, participará do processo licitatório.

Respeito as linhas exaradas por parte da Impugnação trazida à baila, mas, ao que se refere em documentos de habilitação, a não menção às Leis de Proteção de Dados e do Pacote Anticorrupção, por fragilidade de hermenêutica ou no caminhar pela seara Administrativa, podem ter gerado dúvidas e estas, expressadas não em forma de esclarecimentos, mas querendo que fosse decaído o Edital. Todavia, todo processo licitatório é embasado nos princípios basilares da Administração Pública e também amparados pelo texto Constitucional (CF/88).

4- DO PARECER

Considerando a peça de Impugnação apresentada, por maior clareza para manter uma melhor interpretação, acolho que no Edital possa vir a ser demonstrado em seu preâmbulo as menções às duas Leis que de forma intrínsecas já fazem *jus* da concepção do texto, sendo as leis nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei nº 12.846/2013, lei que dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, conhecida popularmente como “Pacote Anticorrupção”.

Ressalto que nas Minutas e Contratos, para maior transparência, sugiro que ambas leis também possam vir apresentadas (LGPD e Pacote Anticorrupção).

Considerando que o apontado quanto ao tópico 8.9.5 Nível V - Da qualificação técnica, item 8.9.5.1, deverá ser retificado no Edital e Termo de Referência esta observância, respeitando o §2º, art.67, Lei 14.133/2021, sendo:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...]

§ 2º. Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.



Menciono que essa foi a única impugnação do referido processo licitatório.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados e posicionamento da autoridade superior junto ao Pregão ou pela gestão pública. (grifo nosso)

5 - CONCLUSÃO

Desta maneira, considerando-se as razões apresentadas acima, com máximo respeito a Impugnante, essa Procuradora opina ao acréscimo no preâmbulo do Edital as leis 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), mantendo o Edital por estar em conformidade com os princípios da Administração Pública e Constitucional, principalmente.

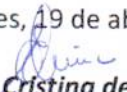
Reforço que caber-se-á à autoridade competente, a avaliação quanto a oportunidade e conveniência para a decisão final.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes na solicitação enviada pela Pregoeira do Município de Cataguases/MG, Sra. Janete Garcia, não importando as fases já superadas do Processo Licitatório nº 012/2024, por terem sido à época objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

S.m.j.

Cataguases, 19 de abril de 2024.


Elaine Cristina de Oliveira
Procuradora do Município
OAB-MG 137.994